



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

175

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0053020-79.2005.8.17.0001 (320697-5)

EMBARGANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE
PROCURADOR : OSWALDO NAVES VIEIRA JÚNIOR
EMBARGADO : ESPÓLIO DE QUINTINO CORREIA PONTES
ADVOGADO : JOÃO BATISTA ALVES DE CARVALHO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. DESNECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO SOBRE TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS. REDISCUSSÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - Conforme assente na jurisprudência firmada pelos tribunais pátrios, o órgão jurisdicional, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes.

II - Os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

III - Não se pode, por meio de embargos de declaração, obter modificação ou anulação do julgado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

IV - Rejeição dos embargos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar o recurso de integração, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 3 de JUNHO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

139

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0053020-79.2005.8.17.0001 (320697-5)

EMBARGANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE
PROCURADOR : OSWALDO NAVES VIEIRA JÚNIOR
EMBARGADO : ESPÓLIO DE QUINTINO CORREIA PONTES
ADVOGADO : JOÃO BATISTA ALVES DE CARVALHO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Município do Recife contra o Acórdão de fls. 100/109, emergente do recurso de Agravo Legal na Apelação Cível nº 320697-5, o qual foi, por unanimidade, desprovido.

O referido acórdão encontra-se assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL PROPOSTA CONTRA DEVEDOR JÁ FALECIDO. CARÊNCIA DE AÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. REDIRECIONAMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. IMPOSSIBILIDADE.

I - Conforme se depreende do disposto no art. 131, III, do CTN, por sucessão causa mortis, o responsável pelos tributos devidos pelo de cujus, até a data da abertura da sucessão, é o espólio.

II - Após a abertura da sucessão, não há mais falar em responsabilidade, uma que, enquanto não prolatada a sentença de partilha ou adjudicação, é o espólio o contribuinte - pessoal e direito - dos tributos relativos aos bens outrora pertencentes ao de cujus.

III - Assim, ocorrido o fato gerador após a abertura da sucessão, mas antes da sentença de partilha, deve o título executivo indicar como sujeito passivo (contribuinte) da obrigação tributária, o espólio, sob pena de nulidade.

IV - Ajuizada a ação executiva em face do de cujus, e não do verdadeiro contribuinte da exação - o espólio -, impõe-se o reconhecimento da ilegitimidade passiva e, por consequência, a extinção do processo sem julgamento do mérito.

V - Impossível também se mostra o redirecionamento da obrigação tributária, uma vez que, durante o feito executivo, esse somente é admitido quando o falecimento contribuinte ocorre após sua regular citação.

VI - Recurso de Agravo desprovido.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

2. Em apertada síntese, defende o Município embargante que o Acórdão suprarreferido incorreu em erro material, uma vez que: i) não pode o sujeito passivo se beneficiar da própria torpeza e ii) inexistente nulidade na CDA que instrui o feito executivo.

Subsidiariamente, prequestiona o Embargante os arts. 34 e 202 do CTN, §§ 5º e 6º do art. 2º da Lei nº 6.830/80, arts. 35, 36 e 167 a 170 da Lei nº 15.563/91, arts. 5º, LV, 37 e 105 da CRFB/88 e arts. 535 e 543-C do CPC.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 3 de JUNHO de 2014.

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

141

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0053020-79.2005.8.17.0001 (320697-5)

EMBARGANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE
PROCURADOR : OSWALDO NAVES VIEIRA JÚNIOR
EMBARGADO : ESPÓLIO DE QUINTINO CORREIA PONTES
ADVOGADO : JOÃO BATISTA ALVES DE CARVALHO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. DESNECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO SOBRE TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS. REDISCUSSÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - Conforme assente na jurisprudência firmada pelos tribunais pátrios, o órgão jurisdicional, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes.

II - Os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

III - Não se pode, por meio de embargos de declaração, obter modificação ou anulação do julgado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

IV - Rejeição dos embargos.

Vistos e examinados etc.

1. Alegando a suposta existência de erro no Acórdão de fls. 100/109, adveniente do julgamento do recurso de Agravo Legal na Apelação Cível nº 320697-5, o Município de Recife opôs os presentes embargos, objetivando a declaração do julgado.

Sem nenhuma razão, contudo.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

142
✓

Inexiste qualquer omissão ou erro material no acórdão embargado, a justificar o pedido de declaração, uma vez que os pontos relevantes da lide foram devidamente apreciados pelo *decisum*, ora recorrido.

2. Conforme assente na jurisprudência firmada pelos tribunais pátrios, o órgão jurisdicional, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio¹.

A propósito, sabe-se que:

O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos (v. RJTJESP 115/207).

Acerca do tema, o eg. Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535)" (RTJ 173/29, junho/2000).

Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno expor lição do prof. Mário Guimarães²:

Não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não.

3. Em verdade, a função dos embargos de declaração deve ser, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se assim em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

¹ Nesse sentido, v. STJ, AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 17.08.1998.

² MÁRIO GUIMARÃES, *O juiz e a função jurisdicional*, 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958, p. 350.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

143
d

Em outras palavras, os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

Por essa via, portanto, não se pode obter modificação ou anulação do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

4. Na espécie, a pretexto da existência de suposto erro material existente no Acórdão de fls. 100/109, os presentes embargos mostram-se interpostos indevidamente, pois estão sendo manuseados com o nítido propósito de rediscutir a lide já apreciada exaustivamente por esta col. Câmara de Direito Público.

5. Posto isso, incorrente qualquer erro e sabido que os aclaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa, REJEITO OS EMBARGOS, mormente em se sabendo que a questão do desacerto ou injustiça da decisão - só para argumentar - não desafia pedido de sua declaração (recurso de integração), e sim recurso de reforma ou modificação.

É como VOTO.

Recife, 3 de JUNHO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator